

MINI TEMAS 2018

Brasil

GUIA DE ESTUDOS

UNIÃO DE NAÇÕES
SUL-AMERICANAS





ÍNDICE

1. UNASUL	2
1.1. A UNASUL e suas funções	2
2. CIDADANIA SUL-AMERICANA	5
2.1. Cidadania e identidade nacional na América do Sul	5
2.1.1. Início da formação das identidades nacionais na região	6
2.1.2. Auge das Identidades nacionais	10
2.1.3. Cidadania e identidade nos dias atuais	12
2.2. Integração latino e sul-americana	13
2.2.1. Integração Política no Mercosul e na CAN	19
2.2.2. Integração política na América do Sul nos anos 2000	23
2.3. Perspectivas práticas da integração regional no âmbito a UNASUL	26
3. POSICIONAMENTOS	28
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37



1. UNASUL

De todas as regionalizações propostas para o continente americano, talvez a ideia de “América do Sul” seja a mais consensual. O México se encontra na América Central ou na América do Norte? O Haiti faz parte da América Latina? E quanto a Belize? Qual é o contorno político do Caribe? No entanto, a América do Sul, como um bloco de terra quase isolado – não se pode esquecer da origem etimológica da palavra, a mesma de “ilha” – parece se destacar como unidade geográfica. Entretanto, como todo e qualquer conceito humano abstrato, essa ideia geográfica abarca diferentes complexidades, diversidades e um processo histórico que influencia radicalmente sua constituição. Nesse sentido, muito longe de agrupar todos os 12 países dentro de uma mesma caixa geográfica ou socioeconômica, uma organização regional deve ressaltar essas variedades e trabalhar em consonância com elas, não em oposição.

1.1. A UNASUL e suas funções

Desde o tratado de Tordesilhas 1494, existe uma secção no território das Américas, que ao sul se subdividiu em América Espanhola e América Portuguesa. É possível ressaltar ainda que, nos séculos seguintes, a região foi alvo de invasões e cobiça estrangeiras por outras potências europeias. Apenas três séculos depois, no início do século XIX, com as invasões napoleônicas à península Ibérica, iniciaram-se sinais de uma tímida independência territorial. Porém, já existia um nítido afastamento cultural entre os países que compõem a América do Sul. Este cenário se agrava, visto que, após a efetivação das independências, os cargos de maior relevância política foram mantidos nas mãos de estrangeiros.

Os primeiros sinais de uma aproximação diplomática entre as duas américas ibéricas deram-se em 1823, quando o governo de Buenos Aires enviou Valentim Gómez como representante com o propósito de reaver os territórios da província oriental (o atual Uruguai, tomado por Dom João VI anos antes). Gómez não obteve êxito, devido às políticas de D. Pedro I, que tinha como objetivo manter a hegemonia sob os territórios que seu pai controlara.

Ainda no início do século XIX, viveu Simón Bolívar, líder em algumas independências, que propunha a criação de uma federação das nações da América



Espanhola, a fim de garantir estabilidade às nações recém independentes. Não obstante, este foi um projeto fracassado, que colaborou para a impopularidade de Bolívar.

Ao se pensar nos tratados internacionais, pode-se perceber que obteve um maior êxito pensar primeiro no todo, para depois especificar, a fim de afirmar a porção sul do continente americano. A união dos Estados americanos se deu junto à Organização dos Estados Americanos – OEA – em 1948, para em seguida surgirem esforços para a afirmação da América latina, e posteriormente a formação de grupos referentes a América do Sul. Dentre estes grupos, ressaltam-se:

- Associação Latino-Americana de Livre Comércio (1960);
- Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (1969);
- Comunidade Andina de Nações (1969);
- Mercado Comum do Sul (1991);
- Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (1998);
- Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (2000);

Assim, nota-se uma crescente união dos 12 Estados que compõem a região. Além disso, existe mais um fator que corroborou com a aproximação das nações sul-americanas. Mais recentemente, no século XXI, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), fundado em 1991 e a Comunidade Andina das Nações ampliaram suas relações institucionais, tendo os membros de uma organização adquirido papel associado à outra. Nesse constante processo de união e cooperação, a dita ascensão dos governos de esquerda no século XXI na América do Sul contribuiu ainda mais para essa integração. Dessa forma, mesmo que a primeira reunião que tivesse presentes os 12 líderes dos países tivesse tido lugar em 2000, quando apenas a Venezuela tinha um governo mais à esquerda, foi com a difusão desses tipos de governo que a institucionalização aumentou, com a elaboração da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Em 23 de maio de 2008, Brasília foi palco da assinatura do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), em substituição à CASA, que congrega os países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

No Tratado Constitutivo da UNASUL é possível identificar, no Artigo 3, as diversas metas da união que abrangem variadas áreas a fim de orientar a aproximação de seus membros. Dentre os objetivos, dá-se evidência a: “consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais



de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana”; (DECRETO... 2012) Concomitantemente, propõe-se então o progressivo reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais para os pátrios de um Estado membro em toda a extensão da UNASUL.

Assim, com metas ambiciosas, surge no cenário internacional a União das Nações Sul Americanas. Com isso, seria obviamente necessária uma estrutura que desse corpo burocrático e institucional à organização. Assim, foram criadas, no Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas de 23 de maio de 2008, os principais órgãos que compõem a organização: o Conselho de Chefas e Chefes de Estados e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores, o Conselho de Delegadas e Delegados, a Secretaria Geral, a Presidência Pro Tempore - não propriamente um órgão - e os Conselhos de Nível Ministerial, cada um centrado em uma temática específica.

À exceção da Secretaria Geral e da Presidência Pro Tempore, as outras estruturas seguem uma cadeia hierárquica, que vai do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo até o Conselho de Delegadas e Delegados. Por esse motivo, as propostas e resoluções de um dos conselhos podem ser levadas de um a outro deles de forma aproximadamente linear, ao passo que as ações das outras duas mantêm a regularidade das ações da burocracia da UNASUL. Dessa forma, pode-se ver que existe uma relação ao menos teoricamente orgânica forte entre elas na tentativa de se criar um fluxo constante de informações, propostas e ações, além de abordar diferentes instâncias de legitimidade, desenvolvimento técnico e fluidez. É possível afirmar que a UNASUL já nasceu com um nível de institucionalização bem alto, equiparável às principais instituições do continente, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (Caricom).

Dentro dessa lógica, o Conselho de Ministros, em termo abreviado, existe como uma instância específica da União. Cabe ao Conselho:

- a) adotar Resoluções para implementar as Decisões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- b) propor projetos de Decisões e preparar as reuniões do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo;
- c) coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana;
- d) desenvolver e promover o diálogo político e a concertação sobre temas de interesse regional e internacional;
- e) realizar o seguimento e a avaliação do processo de integração em seu conjunto;
- f) aprovar o Programa anual de atividades e o orçamento anual de funcionamento da UNASUL;
- g) aprovar o financiamento das iniciativas comuns da UNASUL;



- h) implementar as diretrizes políticas nas relações com terceiros;
- i) aprovar resoluções e regulamentos de caráter institucional ou sobre outros temas que sejam de sua competência;
- j) criar Grupos de Trabalho no marco das prioridades fixadas pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo. (DECRETO... 2012)

Apesar de algumas competências relativamente amplas, o papel do Conselho delinea-se claramente como um setor intermediário entre a hierarquia e a rigidez, possibilitando uma relativa flexibilidade na criação de projetos e uma boa força de legitimação e poder decisório. O Conselho tratará, portanto, de dois tópicos já presentes no âmbito da UNASUL, dialogando com resoluções prévias e processos já existentes. Não é por isso, contudo, que o trabalho será meramente revisional ou vazio, mas sim buscará ser propositivo e ampliar o debate já existente, além de desenvolvê-lo. Ademais, é sempre fundamental considerar a existência do órgão como parte de uma organização complexa com elementos que interagem entre si, e não apenas uma instituição esférica no vácuo, alheia a qualquer relação institucional. Por esse motivo, o Conselho de Ministras e Ministros da UNASUL trará um papel, também, aglutinante.

2. CIDADANIA SUL-AMERICANA

2.1. Cidadania e identidade nacional na América do Sul

Ao se discutir cidadania Sul-Americana em seus conceitos mais gerais, é requerido abstrair-se das concepções comuns de soberania, sendo essencial a construção de uma identidade comum. A definição desta identidade para o continente é um desafio histórico, levando em conta o processo colonial e as diferenças linguísticas e étnicas que foram determinantes para a falta de uma imagem clara do sul-americano.

O tópico mostra-se então de suma importância para a compreensão dos desafios atuais da formação dessa identidade regional. É fundamental, portanto, traçar processos desde os primórdios das formações identitárias até as perspectivas modernas da implementação de um passaporte comum.

Considerando o termo de cidadania sul-americana, parece razoável pressupor a necessidade de uma mínima concepção de identidade comum na região, um sonho que ainda há de se concretizar aos olhos dos políticos latino-americanistas e que vem sendo trabalhado pela UNASUL. É preciso entender, então, os passos do processo de constituição, primeiramente, das identidades nacionais da região para que



posteriormente seja possível diagnosticar as tendências e possibilidades de uma identidade subcontinental em um cenário contemporâneo.

2.1.1. Início da formação das identidades nacionais na região

Pensar de forma geral a formação das identidades nacionais no continente é um desafio considerável, tendo cada processo uma série de peculiaridades. Contudo, as construções identitárias da região possuem elementos similares mesmo em uma região tão distinta. A identidade no continente começou a ser constituída em seu âmago no encontro colonial, onde houve o choque inevitável de diversas sociedades diferentes e as trocas efetuadas por elas, mesmo que houvesse uma imposição clara colonizadora. Todo o encadeamento histórico que pôs em contato o colonizador europeu e milhares de etnias indígenas, cada uma com seu interesse e sua perspectiva próprias, tem muitos caminhos de análise, dois ressaltados aqui: o caminho da complexidade, que observa diferentes atores, motivações e discursos, e busca a correção histórica, e o caminho simbólico, que abstrai ao máximo os elementos e busca extrair macrotendências para todos os encontros coloniais. Por mais contestada que essa visão generalista seja na historiografia moderna, ainda tem um papel fundamental na compreensão da ideia de identidade e como ela foi formada. A leitura da colonização como “europeus *versus* indígenas”, na qual se tem um conquistador bruto e violento, serviu às elites burguesas da América Espanhola como mito fundador de muitas de suas sociedades.

Para encontrar os pontos em comum da identidade particular de cada país sul-americano, coloca-se em questão então como a imposição de um modelo colonial aproxima de diversas formas os Estados da região. Sendo identificados como grandes celeiros de recursos naturais, os territórios do continente eram colocados sob um controle restrito de suas metrópoles, o que restringe significativamente a liberdade econômica de seus residentes. Ainda nesta lógica, o sistema escravista ou compulsório similar à escravidão, predominante entre os séculos XVI-XVIII, concentrava grande parte do poder em uma elite agrária e próxima aos colonizadores – ou eram pessoas nativas da Ibéria, ou os chamados “*criollos*”, brancos de cultura e linhagem europeia nascidos no Novo Mundo.

Vale ressaltar que houve diferentes lógicas de exploração no continente que marcam significativamente cada país. No Brasil destaca-se o uso em massa de africanos como escravos na base do sistema econômicos, tendo um grande expoente de sua



população afrodescendente e 514 mil (CENSO, 2010, IBGE) pessoas atualmente crentes em religiões de origem africana. Já nos países andinos, grande parte da mão obra escrava era nativa, assim tendo grande influência na constituição dessa região. Atualmente, por exemplo, a Bolívia se declara um Estado indígena. Por fim, na Argentina, a política de migrações europeias foi muito presente, tanto que apenas 2,5% da população não se declaram branca e nem descendente de europeus (CENSO NACIONAL, 2010, INDEC), ocorrendo no Uruguai processo semelhante. Outros países tiveram suas peculiaridades e possuem uma matriz étnica particular. Casos interessantes são os da Guiana e do Suriname, nos quais boa parte da população tem ascendência hindi ou javanesa, que compõem a demografia dos países junto das matrizes negra e, em menor grau, europeia.

Por conseguinte, mostra-se um cenário diverso na definição étnica da região, tendo sido essa uma dificuldade de identificação por parte da população. A partir disso, é claro a tentativa de articulações por parte de elites na formação e delimitação de um Estado e de uma identidade coletiva que não se pautasse na etnia. Acontece que em grande maioria dos países as independências foram feitas pela elite *criolla*, progênitos dos colonizadores, que articularam apoio populacional em torno de uma ideia de território nacional e cidadão não étnica.

No excerto abaixo se trabalha com uma ideia mais ampla de nacionalidade e de território. Como trabalhado pelo historiador Perry Anderson, o conceito de identidade nacional era articulado por uma série de elites interessadas em uma união regional. Isso mostra-se resplandecente no processo latino americano especialmente considerando a articulação por parte das elites pós-coloniais.

Longe de serem “naturalmente” delineadas por barreiras geográficas ou características culturais, as regiões são imaginários políticos, construídos ao longo do tempo por atores motivados por interesses específicos. Assim como o Estado, a região pode, portanto, ser pensada como comunidade imaginada, com dimensões espaciais (ANDERSON, 1983, apud ABDENUR, 2014, sem página).

Em 1776, as Treze Colônias começaram sua luta pela independência, tornando-se o primeiro país do Hemisfério Ocidental a emancipar-se de sua metrópole. Em seguida, veio o Haiti, entre o fim do século XVIII e o começo do XIX. Alguns anos depois, seria a vez dos países de língua ibérica. Uma figura importante que se destacou durante as independências da América, no começo do século XIX, foi a de Simon Bolívar, crucial na libertação dos territórios que hoje são a Colômbia, a Venezuela, o Equador, o Peru e a Bolívia. Venezuelano de origem espanhola, almejava uma união



dos Estados hispano-americanos, evocando mais uma vez a questão das identidades na região (ÁLVARES, 2007).

Ademais, é importante explicitar o histórico de interferências estrangeiras que foram determinantes para o desenvolvimento do continente. Inicialmente, as potências europeias, que usufruíram do potencial econômico das chamadas “terras inexploradas”, levaram o continente a uma condição de subalternidade, tendo subserviência às metrópoles coloniais, algo que é veementemente condenado por Bolívar (2015). A condição minoritária trouxe severas perdas às comunidades indígenas, que foram confrontadas pelas expedições europeias, principalmente nos territórios espanhóis. Já em nome de um discurso das elites independentistas, Bolívar adapta esse passado tanto condenando a dominação quanto aceitando a cultura europeias:

Faz três séculos – diz o senhor – que começaram as barbaridades cometidas pelos espanhóis no grande hemisfério de Colombo. Barbaridades que a época presente rechaçou como se fossem fábula, porque parecem superiores à perversidade humana; e jamais seriam acreditadas pelos críticos modernos, caso constantes e repetidos documentos não testemunhassem essas verdades infaustas (BOLIVAR, 2015, p. 10¹).

A idealização de uma América Latina americana de fato tomou forma com uma série de movimentos autonomistas através do continente. Os processos de independência tiveram, em sua maioria, sucesso na expulsão das elites estrangeiras e na formação de um Estado Nacional sul-americano. Entretanto, as dinâmicas interestatais e intraestatais permaneceram estáveis quanto ao estado colonial: a influência do capital europeu continuava determinante no desenvolvimento das economias agrárias e as estruturas sociais continuavam fortemente dominadas por elites locais. A estabilização das classes produtivas respeitava a ordem colonial (DE LA TORRE, 1931). Aliadas de forma categórica as ex-metrópoles, as elites pós-coloniais compartilhavam dos receios europeus de revoluções populares, e, assim, articularam-se com os anseios populacionais para perpetuar a lógica beneficiária aos seus interesses ao longo do século XIX.

A real intenção de Bolívar ainda é estudada e discutida, mas a célebre Carta da Jamaica chega a citar uma grande união no “Hemisfério de Colombo”, referindo-se provavelmente a uma possível confederação na América Espanhola que ficava independente em sua época. Bolívar se apoiava principalmente em sua educação na

¹ Tradução livre. Original: Tres siglos há, dice usted, que empesaron las barbaridades que los españoles cometieron en el grande Emisferio de Colon. Barbaridades que la presente edad ha rechazado como favulosas, por que paresen superiores á la perversidad humana; y jamas serian creidas por los críticos modernos, sí constantes y repetidos documentos no testificacen estas infaustas verdades.



Europa, no qual teve contato principalmente com a Revolução Industrial e com o Iluminismo, algo que moldou sua inspiração em fazer da América livre. Na Carta da Jamaica, Bolívar exclama principalmente para um ideal de uma “mãe das repúblicas” (ÁLVARES, 2007) as quais, pode-se pensar, iriam moldar um Estado federal que fosse forte o bastante para o desenvolvimento independente da América.

A América Latina bolivariana, à época da "Carta da Jamaica", é aquela que precisa da união: "já que tem uma só origem, uma só língua, os mesmos costumes e uma só religião, devendo, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar." Nessa missiva, Bolívar manifestava seu sonho de ver a América unida em uma só nação que poderia ser chamada de mãe das repúblicas e teria um só governo que confederasse os diferentes estados da região. (ÁLVAREZ, 2007, p. 2).

Nesses objetivos de união da América do Sul estava em larga parte uma necessidade de defesa em relação à Europa e à ameaça de reconquista. Isso se mostra claro, no pensamento bolivariano, na ideia de que a única maneira de preservação dos interesses da América era o fortalecimento frente às metrópoles interventoras no continente, na época a Espanha e a Santa Aliança do Congresso de Viena. Nesse ponto é importante lembrar que, apesar de emancipadas politicamente, grande parte das nações ainda tinha uma dependência econômica com o norte global, principalmente com o Reino Unido, nação hegemônica na época. A união, obviamente, não ocorreu. As repúblicas hispano-americanas acabaram fragmentadas, segundo a literatura, graças aos interesses das elites *criollas* locais pela manutenção da autonomia.

Por esse motivo, a Europa desponta, para a América Espanhola, como ameaça, e, portanto, como outro oposto à identidade das nações nascentes. A Europa, brutal conquistadora, é resgatada como metrópole colonial. No final, os países hispano-americanos acabaram optando todos pelo republicanismo, embora diferentes atores defendessem, também, a monarquia constitucional. Contra ela, surgem as figuras dos *Libertadores*, em geral membros da elite *criolla*, que guiaram as independências. Na América do Sul, podemos citar Simón Bolívar (Nova Granada e Alto Peru), Antonio José de Sucre (Bolívia), José de San Martín (Vice-Reinado do Prata, Chile e Alto Peru) e Bernardo O'Higgins (Chile). Com isso, já se nota uma contradição importante: ainda que a Europa fosse o “outro” ameaçador, também era berço das principais ideias que guiavam as recém-emancipadas nações, tendo muitos de seus Libertadores estudado no Velho Continente. Em convergência, a formação de uma identidade nacional então é extremamente ligada a todos os processos de emancipação da colônia e à manutenção do poder das elites. Seja em uma lógica exclusivamente conectada a disputa dessas



mesmas elites agrárias com a urbana na Argentina com a criação da identidade portenha, ou no Brasil com a exata reprodução europeia de uma monarquia beneficiária das elites portuguesas, o processo que se viu foi o de construção de certos padrões identitários que fundamentam cada “nação” no continente. A fundo, deve-se analisar cada movimento e encontrar suas principais tendências e características dos membros da UNASUL, de forma a compreender, antes das perspectivas de cidadania sul-americana, como se dá a cidadania nacional.

Há três países possuem formações identitárias *suis generis* no subcontinente. Fala-se do Brasil, que optou por uma Monarquia *à la* europeia, e a Guiana e o Suriname, cujas independências vieram um século e meio depois. No caso do Brasil, a escolha pela manutenção de um “Antigo Regime à Brasileira” afastou o país de seus vizinhos e tentou trazê-lo para a “civilizada e ordeira” Europa (SANTOS, 2004). No caso da Guiana e do Suriname a construção da identidade deu-se com base em conflitos étnicos mascarados pela ideia de “miscigenação”. Hindis e negros principalmente, mas também outras etnias formam um mosaico de disputas culturais racializadas e tentativas de união na ideia de “miscigenação”, algo mais bem-sucedido no Brasil, que paradoxalmente alcançou níveis significativos de miscigenação entranhados com níveis também significativos de racismo (SHIBATA, 2002; TAYLOR e BERNS, 2010).

Por fim, conclui-se em grande parte que as formações iniciais de identidade foram formatadas inicialmente pela história colonial e progrediram ainda mais no movimento de independência. Bolívar, fazendo parte da elite que o guiou, tornou-se o maior símbolo desse processo e a Carta da Jamaica mostra-se um manifesto de união até hoje.

2.1.2. Auge das Identidades nacionais

Durante a trajetória histórica dos Estados sul-americanos, as épocas populistas do século XX mostraram-se determinantes para a consolidação e a integração pelo Estado da identidade nacional. Nisso, podem-se identificar duas principais figuras que representam esse movimento na América do Sul: Getúlio Vargas no Brasil e Juan Domingo Perón na Argentina. Além disso, é possível analisar que na década de 1970 também houve um período de resgate da importância da identidade nacional em todos os Estados, fruto de resistência às ambições estadunidenses no continente (ZANELATO, 2014).



Na construção do chamado Estado Novo brasileiro, Vargas tinha como diretriz o estabelecimento de departamentos de cultura e a criação de um novo plano sobre integração das culturas no Estado. No que concerne às populações indígenas, Getúlio retomou uma cultura de exaltação aos feitos dos nativos, tendo sido o primeiro chefe de Estado brasileiro na história a visitar uma tribo indígena (ZANELATO, 2014). Isso significava distintamente a apropriação estatal de uma narrativa que representava uma origem comum ao povo brasileiro.

Ao proclamar o Estado Novo, Vargas apresentou o projeto de desenvolvimento e integração nacional (independente economicamente, integrado politicamente e unificado socialmente), no qual os índios traziam as raízes da brasilidade. Em 1938, foi lançada a marcha para o oeste, sendo popularizada com a integração do índio ao cenário nacional. Para Vargas, a marcha incorporou o “verdadeiro sentido de brasilidade”, visto que o Brasil com seu vasto território somente desenvolveu o litoral (ZANELATTO, 2014, p. 2).

A ditadura varguista (1937-1945) teve muito impacto no que se diz respeito de uma formação cultural brasileira, já que tentava abarcar em seus departamentos estatais diferentes etnias. Resultado disso foi sua política com os afrodescendentes, que trazia nos programas nacionais festivais folclóricos e datas comemorativas do fim da escravidão. Consideradas como populistas, as medidas que tinham fim cultural acabavam por embasar um mosaico étnico diverso, o que influenciou diretamente na construção da identidade nacional brasileira (ZANELATO, 2014).

A técnica usada por Vargas seria posteriormente utilizada por uma variedade de ditadores na América Latina. Um dos casos mais proeminentes é a sua utilização por Pinochet, no Chile, que formou uma identidade oposta à brasileira. Muitos dos discursos veiculados pelo ditador eram eminentemente voltados à criação de uma ideia de homogeneidade (VALENZUELA, 2014), sendo altamente carregado por expressões como “raça”, “homogêneo” e “mestiço”. Positiva-se que as utilizações das identidades nacionais nesses contextos serviam de uma tentativa de criação de coesão nacional. Na Ditadura Civil-Militar, essa homogeneização também esteve presente, de certa forma. Enquanto a bandeira da integração de raças e da “miscigenação” continuasse forte no Brasil, todas elas estavam abraçadas pelo nacionalismo brasileiro, simbolizado em última instância pela bandeira brasileira.

Já na Argentina, o grande foco de Perón era o desenvolvimento dos esportes como fator agregador nacional. Para isso, uma de suas façanhas foi atrair uma série de competições internacionais em solo argentino. A estratégia do governante foi o



incentivo ao esporte na educação básica, indo presencialmente às competições de secundaristas. Isso resultou em uma série de sucessos por parte da Argentina internacionalmente, sendo uma de suas principais conquistas o Campeonato Mundial de Basquete. Isso se apoiava também na difusão dos meios de comunicação que contribuíram em larga parte para o uso desses campeonatos como propaganda política.

Assim, a imprensa peronista, como a varguista no Brasil, procurava realçar, através do esporte, a característica de um "novo povo". O esporte representaria a pátria, e as batalhas travadas no campo esportivo eram travadas simbolicamente por toda a nação. As vitórias exaltavam as virtudes nacionais, e o sucesso esportivo era visto como reflexo do sucesso nacional. Até mesmo as derrotas, quando resultantes de um embate digno, e muitas vezes vistas como injustas ou mesmo desleais, eram percalços que, quando superados, aproximavam ainda mais o povo de seu símbolo pátrio, de sua seleção, de sua nação. O esporte se tornava então um forte elemento de identificação nacional, difundido por todo território pátrio através das ondas do rádio, das páginas dos jornais ou das telas do cinema (DRUMOND, 2009, sem página).

Por fim, nota-se uma distinta vontade estatal a partir de uma virada autoritária da construção de uma identidade nacional. Isso se dá pela necessidade inerente desses governos de coesão nacional através do Estado. A herança trazida por esse período fica clara ao notar suas repercussões na construção identitária atual dos Estados, sendo altamente relacionada aos esportes e utilizada por políticos na tentativa de almejar coesão. Contudo, isso acabou tendo um impacto significativo nas tentativas de integração latino-americana, já que houve um foco nacionalizante que impediu o ímpeto de uma ideia de união.

2.1.3. Cidadania e identidade nos dias atuais

A partir daí, também é importante pensar a questão da identidade em termos concretos mais recentes. Em setembro de 2013, Celso Amorim, então na posição de Ministro da Defesa do Brasil do governo Lula (2002-2010), destacou a importância de os países sul-americanos construírem uma identidade única em estratégias de defesa. Nas palavras do Ministro, proferidas durante aula magna do segundo Curso Avançado de Defesa Sul-americano (CAD-Sul), caberia “aos sul-americanos cuidarem da defesa da América do Sul”, além de considerar que a América do Sul tem “um papel a desempenhar na ordem global”. A questão da proteção dos recursos naturais também foi abordada na ocasião, pois a presença de operações maciças de espionagem na região estaria direta ou indiretamente relacionada ao patrimônio natural da região.

Ernesto Samper, atual Secretário-geral da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), também se posicionou recentemente no âmbito da organização acerca da



identidade comum, propondo que o tema da instituição, no ano de 2016, deveria ser a discussão do conceito de cidadania sul-americana. De acordo com Samper, ainda, a expressão de fraternidade e solidariedade apresentada ao Equador após o terremoto que atingiu o país naquele ano seria uma demonstração de que isso seria possível.

Que os 420 milhões de sul-americanos que vivem nestes 17 milhões de quilômetros quadrados tenham a possibilidade de movimentar-se, de circular para trabalhar, para estudar, para aposentar-se, para escolher suas autoridades. Isso nasce como uma expressão da solidariedade do povo equatoriano (FRANCO, 2016, sem página).

Em 2015, a construção da cidadania sul-americana já havia sido abordada, porém, como uma estratégia de promover o comércio interregional. Assim, tratava-se de considerar a América do Sul como um espaço onde todos possam se movimentar, sem restrições para mobilidade de bens, capitais e serviços. Ademais, muitas reuniões da UNASUL em Montevidéu centraram-se na possibilidade de criar um passaporte sul-americano que dê identidade as pessoas para que elas se sintam da América do Sul.

2.2. Integração latino e sul-americana

Pensar a cidadania sul-americana é pensar a integração entre países que em geral compartilham uma larga história de iniciativas integracionistas e, antes disso, uma história colonial similar. Por mais óbvio que possa parecer para alguns, é sempre importante notar que instituição nenhuma, especialmente internacional, surge sem uma evolução histórica que, como mostram as mais recentes tendências historiográficas, constitui sempre papel fundamental na compreensão de como se deram as ideias, propostas e discursos que cimentam a própria instituição. Ademais, faz parte do propósito deste Guia de Estudos fornecer um conhecimento amplo que apresente os pontos de convergência da temática e do comitê. Por esse motivo, é fundamental tratar também a própria ideia de integração, bem como os eventos e processos que compreendem esse fenômeno internacional no âmbito particular da América do Sul e, por extensão, da América Latina, e que culminaram na formação da União das Nações Sul-Americanas.

A ideia de integração passa necessariamente pelas de espaço e território. Nestes conceitos, instituições, fluxos, fatores e recursos tomam um papel central. A despeito dessas características em comum, o debate sobre o conceito é, como comum nas



ciências humanas, extenso. Dentre várias divergências, destaca-se aquela que compreende o embate entre a visão da integração como processo daquela que a enxerga como estado. Assim, integração regional pode passar a significar um estado, bem definido e localizado em um determinado ponto do tempo, em que determinada região, especialmente interestatal, compreende características formais ou materiais de intercâmbio entre entidades políticas diferentes. Esse conceito se centra na dinâmica jurídico-econômica entre Estados e na intensidade numérica das variáveis escolhidas. Debates em torno dessa ideia buscam compreender a partir de que momento determinado espaço interestatal – a região – pode ser considerado integrado, seja por questões meramente formais, jurídicas, ou pela conquista de relações econômicas sólidas e numericamente majoritárias (RICHARD, 2014).

Por outro lado, e parece ser essa uma alternativa mais coerente com a ideia de um mundo em constante transformação, há a possibilidade de se pensar o conceito de integração regional como relacionado à ideia de processo, de encadeamento temporal de eventos não necessariamente discretos. Nessa perspectiva, a integração regional é uma sequência de acontecimentos que moldam e buscam moldar o espaço de uma região formada por diferentes territórios visando complementação, interligação e preenchimento da dita região por “substância social, econômica, institucional, política, cultural, identitária, etc. para tornar um sistema distinto dos outros e ser finalmente percebido como tal” (RICHARD, 2014, sem página). Uma questão particular que surge com essa proposta é a identificação de diferentes etapas de integração, associadas principalmente ao estreitamento dos laços comerciais entre países. Embora útil, essa classificação pode pecar em pensar o processo de integração como etapista ou como tendo um fim ideal, bem como agrupar características que, às vezes, podem ser independentes.

Qualquer definição parece ser demasiado ampla, e certamente o é, mas porque os fenômenos geralmente estudados no campo da integração regional têm variedade muito grande de setores e formas de estudo. A busca de uma definição específica, claramente, busca reduzir essa abrangência e trazer rigor ao campo, mas o próprio limite é limitado. Isso se deve à necessidade de abrigar diferentes formas e abrangências de iniciativas integracionistas que podem variar em conteúdo e abrangência. Entretanto, não cabe aqui tratar de fenômenos de integração intra-nacionais, pelo que será discutida apenas a divisão de conteúdo. Em geral identificam-se três tipos de integração:



A Integração Econômica e comercial, que contempla distintos graus ou etapas de integração (acordos preferenciais de comércio; área de livre comércio; união aduaneira; mercado comum e união econômica e monetária);
A integração política, que implica uma maior profundidade, coordenação e harmonização de ações no âmbito governamental e institucional entre seus membros;
A integração física, na qual a infraestrutura e seus serviços são os protagonistas (TOMASSIAN, 2009, p. 1².)

Embora trabalhe em maior ou menor grau os três tipos, a UNASUL centra-se em dois: a integração física, por meio do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA); e a integração política, nos outros conselhos. As discussões que terão espaço na UNASUL têm caráter eminentemente político, não sendo excluídos eventuais pontos de caráter comercial e/ou físico. Uma cidadania sul-americana, por exemplo não funcionará caso os sul-americanos estejam unidos apenas juridicamente, pois é necessário que as pessoas possam ter acesso físico a um território tão vasto. Entretanto, as tendências específicas da UNASUL não existem solitárias. A UNASUL é parte de um grupo extremamente variado de instituições internacionais regionais, cada uma voltada para um ponto específico, ocupando um papel central nas dinâmicas de cooperação internacional na América Latina.

Assim, a União das Nações Sul-Americanas inclui-se em uma conjuntura de raízes antigas. Não apenas na academia se nota o caráter histórico de alguns pontos pertinentes à integração, mas também o próprio discurso dos tomadores de decisão trabalha históricos, fundamentais às ideias de identidade e cooperação. Por esse motivo, é fundamental compreender o processo de integração pelo qual passaram a América do Sul e a América Latina antes da UNASUL.

Ainda que iniciativas diversas tenham surgido desde a independência no século XIX, com destaque para o interamericanismo de Bolívar e o pacto ABC entre Argentina, Brasil e Chile, a bandeira da “integração latino-americana” começou a ser levantada com esta alcunha após a Segunda Guerra Mundial, em 1945. O fim do

² Tradução livre. Original:

“• La integración económica y comercial, que contempla distintos grados o etapas de integración (acuerdos preferenciales de comercio; área de libre comercio; unión aduanera; mercado común, y unión económica y monetaria).

• La integración política, que implica una mayor profundidad, coordinación y armonización de acciones en el ámbito gubernamental e institucional entre sus miembros.

• La integración física, en la que la infraestructura y sus servicios son los protagonistas”



conflito gerou um *boom* institucionalista cujos resultados mais conhecidos foram a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Antes desse período, as iniciativas, além de tímidas e pouco relacionadas ao conceito de integração, ou não foram bem-sucedidas ou resultaram no pan-americanismo, necessariamente incluindo os Estados Unidos, portanto colocando a América Latina em outro contexto geopolítico.

O Sistema ONU, por sua vez, trouxe a primeira comissão de caráter regional, a Comissão Econômica para a América Latina e mais tarde sendo incluído o Caribe na sigla (CEPAL). A CEPAL, desde sua criação, tem um papel fundamental no pensamento e na prática da integração latino-americana. Seus trabalhos são famosos por reunirem, principalmente a partir das décadas de 1950 e 1960, vários intelectuais que pensaram a América Latina sob o ponto de vista econômico, histórico e social, dentre eles os mais famosos incluem Raúl Prebisch, Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. Esses estudiosos se embasaram em diferentes vertentes teóricas, em especial o marxismo, para compreender a América Latina a partir de uma lógica dependentista centro-periferia. Para eles, a história econômica comum dessas nações mostrava um diagnóstico comum e requer algumas medidas que suplantassem o que chamavam de “subdesenvolvimento”. Era consenso entre os formuladores de políticas que um passado de subordinação econômica e produção primária com relação aos países do centro era um dos principais pontos a serem superados na busca por independência econômica e desenvolvimento por parte da periferia. A ideia mais comum, assim, resumia-se na proposta econômica nacional-desenvolvimentista (Paloschi, 2011).

É nesse âmbito, portanto, que o pensamento cepalino passa a defender fortemente a integração econômica regional como fator importante para a cooperação e o desenvolvimento na periferia. A partir disso, já no final dos anos 1950 a comissão acompanhou a criação do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), criado em 1960 e assinado em 1961. A ideia de facilitação de comércio intrarregional e criação de maior eficiência para as economias permeia as teses cepalinas em maior ou menor grau até momentos atuais.

A década de 1960 trouxe também a criação do tratado da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), na qual estavam incluídos os 10 países ibéricos da América do Sul. Embora a iniciativa tenha pouco saído do papel - acabando por ser repaginada na forma da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em 1980 - foi acompanhada nos anos seguintes por muitas outras iniciativas de



cooperação e integração regionais, não necessariamente de caráter econômico. Nos anos 1960, por exemplo, desenvolveu-se o Sistema da Bacia do Prata, entre Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, que buscava a cooperação em torno de questões centrais para esses países ribeirinhos e suas populações. Essa iniciativa acabou influenciando marcos importantes na integração física da região: o Fundo Econômico para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) e as usinas binacionais de Itaipu, Yacyretá-Apipé e Salto Grande (Brasil-Paraguai, Argentina-Paraguai e Argentina-Uruguai, respectivamente), parte dos projetos desenvolvimentistas e das visões geopolíticas das ditaduras no continente. Fora do eixo do Prata, não obstante, outras iniciativas surgiram, como a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Pacto Andino, posteriormente nomeado Comunidade Andina. O que foi possível constatar, ainda que com altos e baixos, foi uma soma vetorial de cada vez maior envolvimento com a ideia de integração regional (PALOSCHI, 2011).

Os processos de redemocratização e adoção do Consenso de Washington durante o fim da Guerra Fria, principalmente após a chamada “Década Perdida”, ofereceu mais ânimo para as propostas integracionistas. O mundo vivia novamente um período de ânimo institucionalista cujo maior exemplo é a criação da Organização Mundial do Comércio com a Rodada Uruguai, em 1995, associado à ascensão do neoliberalismo como preferência ou tendência ideológica em muitas das maiores economias. No âmbito regional, o maior destaque é a União Europeia, fundada após décadas de integração europeia com o tratado de Maastricht, em 1992.

No contexto latino-americano, todo o cenário de mudança, seja qual for a via teórica adotada, influenciou diretamente as ideias de integração que prosperaram institucionalmente. Assim, tanto nas propostas dos governos quanto em níveis internacionais, como a CEPAL, o neoliberalismo desempenhou papel fundamental na formulação de projetos que, por motivos óbvios, se adequaram e adaptaram às propostas correntes. A integração regional, então, tomou roupagens diferentes sob a ótica de um regionalismo inclusivo a todos os países da região em prol de seu desenvolvimento econômico e social (COSTA, MENGER E TANCREDI, 2015).

O conceito de um regionalismo mais inclusivo na CEPAL surgiu nos anos 1990, relacionado a uma proposta de integração específica que, segundo a literatura, guiou as iniciativas físicas e econômicas no contexto do neoliberalismo do fim do século. O desenvolvimentismo de tendências nacionalistas foi substituído por uma visão bem mais ligada à ideia de livre-mercado e vantagens comparativas. Ainda que a integração



econômica e a facilitação do comércio fossem os temas centrais das propostas integracionistas sugeridas pela CEPAL desde o surgimento da instituição, o regionalismo aberto trouxe essa ideia para um vocabulário neoliberal e de tendências à privatização. A Comissão, assim, caracterizou o regionalismo aberto como

um processo de crescente interdependência econômica a nível regional, impulsionado tanto por acordos preferenciais de integração como por outras políticas em um contexto de abertura e desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade dos países da região e de constituir, dentro do possível, um cimento para uma economia internacional mais aberta e transparente. Contudo, caso não seja produzido esse cenário ótimo, o regionalismo aberto de todas as maneiras cumpriria uma função importante, neste caso um mecanismo de defesa dos efeitos de eventuais pressões protecionistas em mercados extrarregionais (CEPAL, 1994, P. 7.³).

Assim como nos anos 1960, o pensamento da CEPAL apoiou um projeto geral para a América latina que adaptava as principais tendências mundiais, ilustradas exemplarmente por Maastricht. Contudo, essa tendência já era existente nas agendas de política externa e nas iniciativas regionais dos países latino-americanos, como dito, em tendências mundiais. Um ano antes de Maastricht, na América do Sul, alguns países da Bacia do Prata davam forma a uma das iniciativas mais importantes da região. A partir do processo de aproximação entre Brasil e Argentina após o fim de ambos os períodos ditatoriais, notado, a título de exemplo, na criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), acabou-se encorajando a fundação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Na mesma época, em 1996, o Pacto Andino foi renomeado Comunidade Andina de Nações (CAN). Essas duas organizações são as protagonistas do processo que levou à UNASUL em 2008. Outras regionalizações, ainda, fazem parte da história do pensamento sul-americano e, por motivos discursivos, históricos ou naturais, tiveram papel na formulação institucional da região, com destaque ao Tratado de Cooperação Amazônica, assinado nos anos 1970 em discussões especialmente estratégicas (ROSAS DUARTE, 2016).

³ Tradução livre. Original: “un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimientto para una economía internacional más abierta y transparente. Con todo, de no producirse ese escenario óptimo, el regionalismo abierto de todas maneras cumpliría una función importante, en este caso un mecanismo de defensa de los efectos de eventuales presiones proteccionistas en mercados extrarregionales.”



2.2.1. Integração Política no Mercosul e na CAN

O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, foi um marco importante para seus países signatários⁴, entre outros motivos, pela ousadia que compunha suas propostas de integração econômica. A ideia era criar um Mercado Comum que tratasse da “livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações (...)” (PÁGINA BRASILEIRA DO MERCOSUL, 2017), seguindo o otimismo institucionalista dos anos 1990. Assim, criou-se o Mercado Comum do Sul.

O Mercosul, composto inicialmente de apenas 4 países, significava um âmbito de consenso muito mais rápido e, conseqüentemente, de maior dinâmica. Entretanto, mesmo composto dessa forma, era claro que o Mercado Comum tinha um caráter extremamente assimétrico e que essa assimetria era um fator a ser considerado⁵. Os pesos relativos do Paraguai e do Uruguai em termos de economia, população e influência regional eram variáveis importantíssimas no cálculo dos efeitos que um Mercado Comum causaria. Em verdade, o peso do Brasil no Bloco por si só já era fator de assimetria, mas a Argentina, ao menos, também era uma liderança regional e uma das maiores economias da América Latina (vide gráfico 1). Por esse motivo o próprio Tratado de Assunção, em seu artigo 6, reconhece que “Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial” (MERCOSUL, 1991). Embora o Tratado disserte sobre a questão comercial, pode ser lido como fornecendo uma ideia geral sobre a cautela em termos de assimetria.

⁴ Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

⁵ É interessante notar que a questão da assimetria entre Estados é tema de frequentes discussões acadêmicas e oficiais por todos os impactos que pode causar. Ao mesmo tempo em que as Teorias das Vantagens Comparativas e todas os modelos econômicos que daí surgem veem a assimetria como, se não um fator benéfico, ao menos um pouco relevante para a liberalização, diferenças materiais, especialmente em termos de poder e economia, podem sempre refletir em desvantagem de poder decisório ou relevância e prestígio. Tamanho e dinamismo da economia, influência cultural e índices de qualidade de vida são sempre fatores que influenciam os relacionamentos entre Estados e suas populações. Não por acaso, a assimetria é um aspecto fundamental a ser considerado nas discussões sobre cidadania sul-americana.

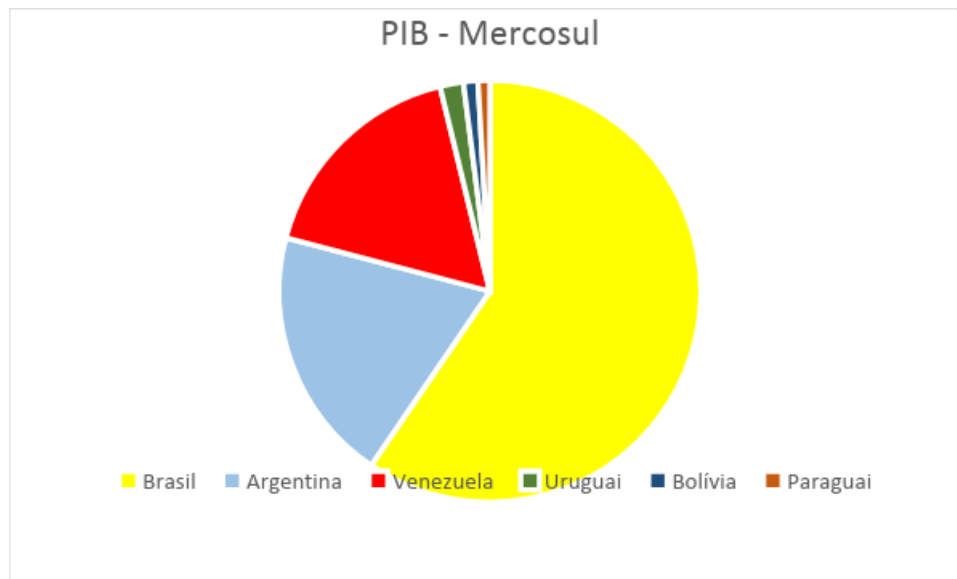


Gráfico 1: Produto Interno Bruto dos países do Mercosul, 2016. Fonte: Trading Economics

Ainda assim, com toda a questão visível da assimetria, o Mercosul desde o começo surgiu e buscou continuar com uma orientação inclusiva. Também no Tratado de Assunção consta:

“CAPÍTULO IV – Adesão

ARTIGO 20: O presente Tratado estará aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado. Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional. A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes” (MERCOSUL, 1991).

Deveras, embora o projeto de Mercado Comum em si não tenha cumprido *de facto* todos os seus requerimentos completamente, geralmente sendo considerado conceitualmente “imperfeito”, (MARTÍNEZ H.E., 2015) o Mercosul passou por um processo contínuo de expansão, em diversas áreas, inclusive no número de membros, principalmente a partir dos anos 2000. Em 1996, o Chile foi admitido como Estado Associado, seguido por Peru (2003), Colômbia (2004), Equador (2004), Guiana e Suriname (2013). A Venezuela deixou a condição de associada em 2012 para entrar como Parte junto dos 4 originais, enquanto a Bolívia encontra-se em processo de adesão desde 2012. Com isso, desde 2013 os 12 países da América do Sul encontram-se de alguma forma associados ao Mercado (PÁGINA BRASILEIRA DO MERCOSUL,



2017).

Em termos institucionais, o organismo tomou proporções significativas ao criar sobre si uma rede de conselhos e órgãos especializados que desenvolveram temas diferentes de integração e concertação política, econômica e física, em especial a primeira. É necessário destaque ao Fundo para Convergência Estrutural (FOCEM), ao Parlamento do Mercosul (Parlasur) e os Acordos de Documentos de Viagem e de Residência, que facilitam o trânsito entre os países-membros. Mais recentemente, foi anunciada a substituição de placas automotivas dos países do bloco por uma placa padrão, ainda em processo de instalação – adiado no Brasil indefinidamente (PLACAS DO MERCOSUL... 2016). Ainda assim, a organização é alvo de inúmeras críticas, algumas de cunho mais ideológico, outras de cunho mais acadêmico, embora essas dimensões nunca sejam completamente dissociáveis. Enquanto os arranjos econômicos do Mercosul podem parecer tímidos demais para uns, são comprometedores demais para outros. De qualquer forma, a vasta rede institucional criada gera uma gama bem grande de exemplos já existentes em termo de integração na América do Sul.

Enquanto o Mercosul apenas ampliou seu número de membros desde a sua formação, outra organização regional sul-americana passou por um processo quase completamente inverso. A Comunidade Andina, ainda quando Pacto Andino, viu a entrada e da Venezuela (1973) e a saída do Chile de Pinochet (1976). Já em 2006, a Venezuela anuncia sua saída do bloco, que ficou com quatro países remanescentes: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Além disso, ao adotar a teoria dos diferentes graus de integração econômica, enquanto o Mercosul pretende ser um Mercado Comum, a CAN se define como uma Área de Livre Comércio (MUNDO NUEVO, 2010). Contudo, assim como o Mercosul, a CAN também dispõe de uma rede institucional multitemática e diversificada, consolidada no Sistema Andino de Integração (SAI), incluindo uma universidade similar ao projeto da Unila: a Universidad Andina Simón Bolívar (UASB). Porém, a UASB tem caráter voltado à pós-graduação e se define pela “descentralização de seu funcionamento acadêmico” (Universidad Andina Simón Bolívar, 2016). Por esse motivo, conta com uma Sede Central em Sucre, na Bolívia, uma Sede Nacional em Quito, no Equador, uma Sede Local em La Paz, na Bolívia, e escritórios regionais no Peru e na Colômbia, não estando diretamente vinculada a nenhum governo. Outras instituições criadas a partir da Comunidade Andina podem ser citadas: o Sistema Andino de Solução de Controvérsias, o Tribunal de Justiça da Comunidade Andina e o Parlamento Andino. No entanto, a Comunidade Andina



padeceu, na primeira década do século XXI, de um fenômeno de desagregação ideológica significativo (MARTÍNEZ H.E., 2015).

Em 1999, a eleição na Venezuela do coronel Hugo Chávez Frias iniciou uma sequência de vitórias eleitorais de governos de cunho mais ou menos progressista e tendências de esquerda mais ou menos radical em toda a América Latina, a depender do governo, citando Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2003), Leonel Fernández na República Dominicana (2004), Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2006), Michelle Bachelet no Chile (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2007), Rafael Correa no Equador (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008) e Mauricio Funes em El Salvador (2009). Cada um desses governos possui agendas, projetos, pretensões e discursos muito discrepantes entre si, é importante notar, mas também um significativo alinhamento em diversas matérias (FERRO, 2015). Não cabe a este Guia destrinchar cada diferença e cada similaridade, mas é importante entender em que pontos essa convergência ideológica pode ter afetado a organização institucional da integração regional.

Em primeiro lugar, pode-se citar a criação da Aliança Bolivariana para os povos da nossa América (ALBA), cujos membros são Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Antigua e Barbuda, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Dominica. Em segundo lugar, é preciso entender o destino de alguns países que não seguiram completamente a proposta de adaptação do modelo neoliberal da esquerda.

Nesse sentido, Colômbia, México e Honduras são alguns dos principais exemplos de manutenção de um neoliberalismo mais ortodoxo. Peru e Chile também mantiveram uma agenda econômica mais alinhada ao *mainstream* econômico. Com isso, quatro dos países citados, Chile, Colômbia, México e Peru, conformaram a Aliança do Pacífico, que segue as mesmas tendências econômicas e comerciais de seus governos (BONIS, 2012).

O resultado dessas duas conformações polares é bem simples, no caso da Comunidade Andina: enquanto dois membros participam da ALBA, os outros dois participam da Aliança do Pacífico. Conseqüentemente, houve uma tendência à polarização e à fragilização na CAN. Ainda assim, é importante notar que a polarização tanto na CAN quanto na região não representa uma fratura irreparável nem um abismo ideológico intransponível. Mesmo com divergências entre governos ou até mesmo rixas históricas - como a disputa territorial entre Guiana e Venezuela ou a questão do acesso ao mar da Bolívia - que remontam ao século XIX, no geral a política externa dos países



sul-americanos tem diversos pontos de contato harmônico. Mesmo governos mais associados à ideia de globalismo e/ou aos Estados Unidos, como o de Álvaro Uribe na Colômbia (2002 – 2010), estiveram presentes nos diferentes fóruns que surgiram durante a leva progressista. No caso colombiano, inclusive, a eleição de Juan Manuel Santos, além de reorientar a política interna em assuntos como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, também confluíram a política externa ainda mais no campo da integração (HENAO, 2015). Além disso, em verdade, já bem antes, quando apenas a Venezuela tinha esse caráter, deu-se a primeira reunião de todos os mandatários do subcontinente.

2.2.2. Integração política na América do Sul nos anos 2000

Em 1º de agosto de 2000, celebrou-se a Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, na qual estiveram presentes os chefes de governo das 12 nações da região⁶, além dos presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF). O evento deu-se em Brasília a convite do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Neste contexto, foram aprovados muitos documentos, nos quais a integração física teve um papel extremamente relevante, senão central. Dessa forma, o principal resultado dessa reunião foi a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-americana, a partir de um plano de ação que buscava sistematizar projetos de integração infraestrutural existentes e criar uma estratégia de médio prazo de um programa que abarcasse a questão da infraestrutura na América do Sul de forma holística e organizada. Ademais, o projeto incluía as instituições participantes, além do FONPLATA dentro das estruturas e do projeto decisório da IIRSA (IIRSA, 2016). Essa foi a primeira forma institucional regional a abarcar todos e somente os países da América do Sul. A partir da primeira reunião, várias outras reuniões com foco na América do Sul tomaram lugar.

Em 2004, na III Cúpula Presidencial Sul-americana, essa com um enfoque significativamente mais político e amplo em sua Declaração Final, foi aprovada a criação da Comunidade Sul-americana de Nações (CASA). Três anos depois, na Cúpula

⁶ Estiveram presentes os presidentes da Argentina, Fernando De la Rúa, da Bolívia, Hugo Bánzer Suárez, do Brasil C, Fernando Henrique Cardoso, do Chile, Ricardo Lagos Escobar, da Colômbia, Andrés Pastrana Arango, do Equador, Gustavo Noboa; da Guiana, Bharrat Jagdeo, do Paraguai, Luis Angel González Macchi, do Peru, Alberto Fujimori Fujimori, do Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan, do Uruguai, Jorge Batlle Ibañez e da Venezuela, Hugo Chávez (IIRSA, 2016).



Energética Sul-americana, foi aprovado um novo nome para o organismo: a União das Nações Sul-americanas, e, a partir disso, começou-se um intenso processo de constituição formal da nova organização. Em 2008, o Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado, entrando em vigor em 2011. Junto dos conselhos principais, a UNASUL possui outros 12 conselhos ministeriais específicos, relacionados às áreas de Defesa, Saúde, Democracia, Energia, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desenvolvimento Social, Economia, Educação, Drogas, Justiça e Crime Organizado e Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). A própria IIRSA acabou sendo incorporada ao COSIPLAN, que assumiu a coordenação das iniciativas e estabeleceu seus projetos a partir, obviamente, do que já vinha sendo feito anteriormente (GALLEGOS, 2016 e MARTÍNEZ H.E., 2015). Com isso, pode-se ver que o enfoque da UNASUL é muito mais político que o das instituições que historicamente guiaram a integração regional latino e sul-americana. Como uma estrutura muito jovem - 13 anos desde a criação da CASA e 9 desde a assinatura do tratado Constitutivo - a UNASUL, mesmo com tantas promessas e avanços, ainda precisa mostrar que sua arquitetura institucional robusta trará avanços significativos e perenes, em comparação com a história difusa e variada de iniciativas integracionistas no continente.

Em toda uma história de integração, alguns pontos chamam atenção, em especial a concepção eminentemente geográfica na União das Nações Sul-americanas, o que coloca em destaque a inclusão da Guiana e do Suriname ao processo de integração. Ambos se emanciparam apenas na segunda metade do século XX, muito depois de seus vizinhos ibéricos. Enquanto a Guiana, anglófona, obteve sua independência do Reino Unido em 1966, o Suriname saiu do jugo neerlandês 9 anos depois, em 1975, mais de 160 anos depois das primeiras independências na América do Sul. Além disso, a diferença linguística sempre foi um fator de peso para que ambos os países se identificassem muito mais com os outros Estados caribenhos, em sua maioria de língua inglesa. Assim, Guiana e Suriname, antes de envolver-se institucionalmente com a América Ibérica, entraram na Comunidade do Caribe, a Guiana como membro fundador em 1973 e o Suriname em 1995. Segundo Rosas Duarte (2016), a política externa desses dois países com relação aos seus vizinhos ibéricos, mesmo que ainda tímida, começou a desenvolver-se de forma mais ativa com processos de democratização vividos por eles recentemente. Diz a autora:

Apesar do Suriname, assim como a Guiana, fazer parte do Tratado de Cooperação Amazônica desde a sua formulação, em 1978, isso não resultou numa imediata



intensificação das relações com os vizinhos, em razão do relativo isolamento do país durante a década de 1980 (ROSAS DUARTE, 2016).

De fato, assim como nos outros países sul e latino-americanos redemocratizados nos anos 1980 e 1990, a literatura aponta que as democracias nos dois Estados ainda são recentes e imaturas. Não à toa, a UNASUL possui um Conselho Eleitoral ativo que faz missões constantes para fiscalizar o que acontece em termos de democracia nos países-membros. Durante a 4ª Cúpula da UNASUL, em Georgetown, o então presidente Bharrat Jagdeo “[afirmou que a] União deveria buscar criar uma identidade democrática Sul-americana. Uma identidade que ajude a democracia a se infiltrar na União, de forma que nenhum grupo individual tentaria tomar o poder de nenhuma forma que não pela urna” (TODD, 2011⁷).

Guiana e Suriname continuam sendo países idiossincráticos e bastante isolados no continente. A identidade da Guiana é bastante caribenha, também por motivos linguísticos, enquanto o Suriname passou por uma história de maior isolamento, no fim orientando-se também mais para o Caribe. Sua economia é fortemente influenciada pelas ex-metrópoles e os países vizinhos representam bem pouco de suas relações comerciais (TODD, 2011). No entanto, a partir da Reunião de Brasília em 2000 os dois vêm gradualmente se inserindo em algumas iniciativas da região, resta saber quanto. Em 2013, passaram a integrar o grupo de associados ao Mercosul, que passou a contar com todos os países do subcontinente como signatários ou associados (ROSAS DUARTE, 2016).

Por fim, cabe citar, como fonte importante de deliberações sobre o tema da migração, fundamental para a questão da cidadania, a Conferência Sul-americana de Migrações, que, apesar do nome, só reuniu os 12 países pela primeira vez em 2010, em sua décima sessão. A primeira participação da Guiana foi em 2001 e do Suriname foi em 2006, ambos tendo participações intermitentes. A Conferência reúne, além dos países da região, também observadores interessados na questão, tanto países quanto Organizações Internacionais (GALLEGOS, 2016).

⁷ Tradução livre. Original: “At the opening ceremony of the 4th summit Guyana’s President, Bharrat Jagdeo charged that the union should seek to create a South American democratic identity. An identity which helps democracy to become so entrenched throughout the union, so that no individual or group would envisage taking power in any other way, but by the ballot.”



2.3. Perspectivas práticas da integração regional no âmbito a UNASUL

A UNASUL, desde de seu Tratado Constitutivo, enfatiza a importância da consolidação dos temas de migração e cidadania sul-americana, visando alcançar uma cidadania regional⁸. Segundo o tratado, firmado em Brasília em 2008, são objetivos específicos da organização: “a consolidação de uma identidade sul-americana através do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado Membro residentes em qualquer outro Estado Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana” (art. 3, i.) e “a cooperação em matéria de migração, com enfoque integral e baseada no respeito irrestrito aos direitos humanos e trabalhistas para a regularização migratória e a harmonização de políticas” (art. 3, k). Assim, como observado anteriormente, a UNASUL nasce primordialmente como um projeto político, diferenciando-se de outras organizações de integração regional como o Mercosul ou a CAN. Essa premissa, por sua vez, não implica a desvalorização de temas comerciais, de segurança, infraestrutura ou educação, mas, pelo contrário, entende que todos esses temas surgem de um diálogo político que preserva a ideia de que os sujeitos à integração são pessoas reconhecidas como cidadãos e não meramente fatores de produção (GALLEGOS, 2016).

Assim, desde a criação da UNASUL, preservou-se a ideia de estabelecer todos os Estados sul-americanos como membros plenos (não apenas “associados”). O acordo alcançado em 2006 no Chile foi uma das primeiras medidas adotadas conjuntamente pelos países membros da fase embrionária da UNASUL: estabeleceu-se que apenas as cédulas de identidade nacionais e carteiras de habilitação são suficientes para que turistas transitem na região (GALLEGOS, 2016). Em 2012, o Conselho de Chefes de Estados a União de Nações Sul-americanas decidiu criar um Grupo de Trabalho sobre Cidadania Sul-Americana (GTSC). Segundo a decisão (No08/2012), o objetivo do grupo reafirma o artigo terceiro do Tratado Constitutivo considerando “a ampliação dos acordos regionais, sub-regionais e bilaterais, sem prejuízo dos avanços que sejam produzidas em outras dimensões sobre o tema⁹” (UNASUL, 2017). Ainda, a decisão

⁸ [O](#) conteúdo mais detalhado sobre a construção de uma cidadania sul-americana e seus desafios está em Gallegos (2016). Recomenda-se fortemente que os delegados confirmem esse trabalho.

⁹ Tradução livre. Original: alcanzar una ciudadanía suramericana a partir de su dimensión migratoria,



conferiu ao grupo o mandato para elaborar um informe conceitual que explorasse as diferentes dimensões da cidadania sul-americana, devendo a partir dele o Conselho de Ministras e Ministros da UNASUL apresentar propostas, projetos e estratégias para o Conselho dos Chefes de Estado da UNASUL (GALLEGOS, 2016).

A redação final do *Informe Conceptual sobre Ciudadanía Suramericana* foi aprovada em julho de 2014, em Buenos Aires, Argentina. Segundo o informe, as estratégias da UNASUL quanto à consolidação de uma cidadania sul-americana estão divididas em duas principais iniciativas: acesso progressivo a direitos e deveres (categoria jurídico política) e iniciativas de identificação com a região (categoria sócio-cultural)¹⁰.

Na *ampliação de acesso aos direitos* incluem-se as políticas públicas que enfatizam a eliminação de políticas e práticas que limitam o acesso ao direito, especialmente quanto à questão migratória (ex. necessidade de certificado médico). Essa categoria também aponta para a necessidade de políticas destinadas a combater as expressões discriminatórias, racistas ou xenófobas, consideradas como um obstáculo para a integração regional. Por fim, considera os obstáculos à livre mobilidade urbana, exigindo: o avanço da participação cidadã em todas as instâncias da UNASUL; medidas que visam assegurar a todos os cidadãos sul-americanos o pleno direito a todo o ordenamento jurídico da UNASUL; atenção diferenciada às fronteiras, por representar espaços de vínculos culturais, sociais, econômicos e políticos; e a promoção de posições por parte da UNASUL em matéria de mobilidade urbana nos foros multilaterais.

Quanto às iniciativas de *identificação com a região*, o documento aponta iniciativas mais práticas. Entre elas, a adoção de um *passaporte sul-americano* como o principal documento comum. Nesse sentido, também são sugeridas vias preferenciais nos aeroportos, portos e demais fronteiras terrestres para os cidadãos sul-americanos, procurando defender os direitos dos cidadãos sul-americanos ante os demais países e blocos regionais e visando a maior mobilidade regional. Considerando ainda as políticas migratórias, a ampliação dos mecanismos de cooperação consular regional é fundamental (GALLEGOS, 2016).

Em 2015, a reunião presidencial do GTCS em Montevideo voltou a discutir as

considerando la ampliación de los acuerdos regionales, subregionales y bilaterales, sin perjuicio de los avances que se produzcan en otras dimensiones que sobre el tema se estime prioritarias.

¹⁰ Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana. Informe disponível para download em: <http://www.amerindiaenlared.org/biblioteca/6639/informe-conceptual-sobre-ciudadania-suramericana>



propostas do informe e a reconhecer a livre-circulação e as facilidades para residência como elementos essenciais para a construção da identidade e da cidadania sul-americana, assim como a necessidade de que tal processo seja progressivo, dinâmico e gradual. Ainda, nessa reunião avançaram-se as discussões do Plano de Ação, procurando organizar o trabalho em quatro principais eixos: simplificação administrativa, modernização tecnológica, perspectiva de direitos e assistência e proteção consular. Na ocasião, também se falou em políticas de facilitação ao acesso à residência permanente (GALLEGOS, 2016).

Pode-se observar, assim, que para além da reflexão teórica que perpassa a academia, existe uma vontade política sendo institucionalizada progressivamente quando tratamos da cidadania sul-americana no âmbito regional. A UNASUL certamente trouxe uma nova perspectiva que vai além dos projetos de integração trazidos pelo CAN e pelo Mercosul. As políticas migratórias continuam sendo o patamar inicial, mas os demais Conselhos Setoriais, a exemplo da mobilidade educativa, continuam sendo fundamentais para alcançar os objetivos estabelecidos no Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. No entanto, diferentes questões podem existir como empecilho à proposta de cidadania sul-americana. Qual é o impacto que as recentes crises institucionais e econômicas pelas quais passaram vários países da região, com destaque para a Venezuela, podem gerar? Como políticas migratórias de cada país em relação a outras regiões do globo podem facilitar ou dificultar os planos de cidadania dentro da UNASUL? Os logros alcançados até agora são suficientes? O passaporte sul-americano seria eficaz? Como ele seria feito? Seria viável um acordo de residência da UNASUL? O que a existência do Mercosul, da Comunidade Andina e da Comunidade do Caribe afetam com relação ao tema?

3. POSICIONAMENTOS

A **República Argentina**, com a vitória nas eleições de Mauricio Macri, está reformulando boa parte da posição do país quanto à integração regional. A nova chanceler Susana Malcorra tem explicitamente em seu programa ministerial a ‘desideologização’ da política externa argentina, tendo como seus principais axiomas o comércio multilateral e a diversificação de parcerias. Contudo, isso não necessariamente significa um distanciamento da UNASUL e de outras instituições latino-americanas. Sobre a UNASUL, a chanceler recentemente exaltou a reunião como um “desafio a ser



tomado” e também deixou claro o compromisso em fortalecer a organização em tempos de crise (SPUTNIK, 2017).

Levando isso em conta, o tema da cidadania sul-americana não tem sido trazido muito à tona pela nova administração. Recentemente, com a visita do então presidente americano Barack Obama ao país, o ministério se declarou a favor da OEA, exaltando os valores democráticos e dos direitos humanos contidos na instituição. Vale a pena ressaltar os recentes enfrentamentos com a Venezuela, nos quais o governo argentino vem rechaçando abertamente as ações do presidente Nicolás Maduro. A situação entre os dois países piorou quando a Argentina acionou a cláusula democrática do Mercosul pedindo a suspensão temporária do governo venezuelano (Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2017).

Dessa forma, pode-se afirmar que a Argentina acredita que os termos da cidadania devem ser pautados por valores democráticos e pautados pelo amplo respeito aos Direitos Humanos, mesmo que isso leve à um eventual embate entre administrações.

Frequentemente chamado de o *Heartland* da América do Sul, o **Estado Plurinacional da Bolívia** é governado desde 2006 por Juan Evo Morales Ayma, eleito em nome do Movimiento al Socialismo (MAS) com uma plataforma popular de base indígena e nacionalista. Seu governo adota a ideia de “socialismo do século XXI” e se alinhou a outros governos de esquerda na região em diversas propostas internas e externas. Para o governo do MAS, as diferentes medidas de integração latino-americana são fundamentais. O próprio presidente já chegou a declarar que “a cidadania sul-americana é o grande sonho que temos como integração e que mostre a América Latina como modelo de integração para todo o mundo, com seus movimentos sociais, com o Parlamento Sul-americano” (CUIZA, 2016). Em outra ocasião, Morales ainda relacionou o projeto da Cidadania Sul-americana à ideia de “cidadania universal”, uma proposta constante e crescente em seu governo. A ideia de cidadania universal vem sendo fortalecida em contraposição às ações e declarações do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com relação aos diferentes tipos de migração internacional, em especial a migração ilegal e o refúgio. Em 9 de março, o presidente Morales convocou, via pronunciamento oficial e Twitter, uma “Conferência Mundial dos Povos por um



mundo sem muros e a Cidadania Universal¹¹” (CNN Español, 2017).

A posição de liderança regional da **República Federativa do Brasil** na América do Sul foi ativamente usada pelo país durante os governos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016, principalmente nos dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com vistas à integração latino-americana e à cooperação Sul-Sul. Como exemplo, citam-se a formação da Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC, posteriormente fundida com o Grupo do Rio para fundar a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos), do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e do bloco dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Entretanto, após o impeachment de Dilma Rousseff e a consequente subida ao poder de Michel Temer, a política externa perdeu um pouco do papel de destaque que tinha nas pautas anteriores. Logo na formação do gabinete, o presidente interino nomeou o senador José Serra, do PSDB, mas pouco se viu em relação à atuação do novo ministro. Especificamente sobre a América Latina, o novo governo começou com alguns atritos: seis países manifestaram-se contrários ao impeachment e chegaram inclusive a boicotar o discurso de Michel Temer na ONU: Bolívia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador e Venezuela (ALONSO, 2016). Ademais, parece que o novo presidente buscou dar preferência a governos com linha ideológica similar (como o México e a Argentina) e aumentar a aproximação com os Estados Unidos. Entretanto, ainda é muito cedo para se obter um posicionamento seguro sobre a Política Externa adotada com relação à UNASUL e à Cidadania Sul-americana, ainda mais com a troca de ministros. Em fevereiro de 2017, José Serra demitiu-se do cargo alegando problemas de saúde, pelo que foi substituído pelo também senador Aloysio Nunes, também do PSDB (REZENDE, 2016).

Já a **República do Chile** tem como objetivo primário na reunião o fortalecimento progressivo da UNASUL frente ao mundo. Como declarado por sua atual presidente Michelle Bachelet, a instituição deve representar em tempos de crise um modo de fortalecer os interesses da América do Sul. Dessa forma, pode-se observar que, como no seu primeiro mandato, o governo vê com bons olhos o conceito de cidadania sul-americana (LA TERCERA, 2014).

¹¹ Tradução livre. Original: Conferencia Mundial de los Pueblos por un mundo sin muros y la Ciudadanía Universal



Tendo proximidades com os ex-governos de Brasil (Dilma – PT) e Argentina (Cristina Kirchner – PJ), Bachelet sucedeu em aumentar o papel do Chile nas discussões continentais. Deve-se atentar para o fato de que o Chile tendeu a priorizar a Aliança do Pacífico em detrimento de arranjos mais abrangentes; contudo, houve um esforço por parte da administração atual para o maior engajamento com a UNASUL. Entretanto, com as recentes mudanças de governo em diferentes parceiros, o país aparece mais isolado que nos últimos tempos (INFOBAE, 2015).

A queda da Parceria Transpacífica (Trans-Pacific Partnership – TPP) com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos também coloca pressão ao ministério comandado por Heraldo Muñoz Valenzuela em busca de maior integração. A perda de uma abertura de mercados sem precedentes pode significar uma mudança drástica na estratégia econômica chilena, o que reforça os objetivos de ampliar o conceito de livre circulação na América do Sul.

Em questão da cidadania, o Chile tem interesses comuns aos da Aliança do Pacífico, uma vez que preza pela melhoria na infraestrutura e na mobilidade dos cidadãos, sendo central a maior integração comercial entre os países para superar a recente crise mundial.

A **República da Colômbia** tem uma posição singular em termos de política externa na América do Sul dos últimos anos. Embora a campanha para o primeiro mandato do atual presidente Juan Manuel Santos tenha sido feita com apoio do predecessor, Álvaro Uribe, ambos eleitos pelo mesmo partido (PSUN ou Partido de la U), muitos pontos os distanciam com relação às medidas adotadas no governo. Enquanto o governo Uribe dedicou-se a táticas agressivas no combate aos diferentes grupos armados, de caráter político ou não, que existem no território colombiano, algo que teve sensíveis consequências externas (incluindo uma crise diplomática entre o país, o Equador, a Venezuela e a Nicarágua em 2008), o governo Santos rompeu com a proposta e, desde o primeiro mandato, investiu no diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Essa tendência também se refletiu na política externa. Enquanto o governo uribista voltou-se de forma contundente para os Estados Unidos, mantendo alguns aliados econômicos e tendência ideológica semelhante, o governo Santos, de diversas formas, mostrou-se mais aberto à América Latina e à integração latino-americana. Nesse sentido, a participação no diálogo proposto pela UNASUL para a instabilidade na Venezuela é o maior exemplo. Ainda assim, a



Colômbia continua um pouco incógnita, especialmente no caso da cidadania sul-americana.

Com a eleição de Rafael Correa, da Alianza Patria Altiva i Soberana (PAIS) à presidência em 2007, a **República do Equador** alinhou-se à onda progressista na América Latina, passando a integrar a ALBA e priorizando políticas sociais no chamado “socialismo do bem viver”. Nesse sentido, o país, em muitos momentos, tomou voz e acompanhou as decisões de política externa de outros governos de alinhamento parecido, como a Venezuela e a Bolívia, por exemplo no não-reconhecimento do governo Temer no Brasil, ou na difusão da ideia de “cidadania universal” compartilhada pela Bolívia. Nesse sentido, o Equador busca a crescente cooperação internacional em mecanismos como a CELAC e a UNASUL, ressaltando-os como fundamentais para os projetos de cidadania sul-americana e cidadania universal (Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana, 2016). O presidente Correa chegou a declarar, em 2014, que

forças intra e inter-regionais organizadas e com estratégias de poder não querem a integração. Soma-se a isso uma institucionalidade de origem da UNASUL absolutamente disfuncional, em que tudo deve seguir-se por consenso e veremos que tudo estava pronto para que a integração se estancasse e fracassasse (CORREA, 2014¹²).

Entretanto, o posicionamento do Equador pode mudar significativamente com o resultado do segundo turno das eleições presidenciais, a ocorrer em abril. Correa deixará o cargo e ainda não é claro se a vantagem está com seu sucessor, Lenín Moreno, também da Alianza PAIS, ou com o opositor Guillermo Lasso, do Movimento Criando Oportunidades, de tendência ideológica de direita.

A **República Cooperativa da Guiana** tem recentemente uma perspectiva positiva em relação aos avanços da concepção de cidadania sul-americana. Desde a criação da UNASUL em 2008, a Guiana vem recentemente apoiando as ações da instituição e a utilizando frequentemente como meio de comunicação com seus parceiros regionais. Tendo boas relações também com a CARICOM, da qual é membro, pode ser significativa para a discussão sobre passaporte sul-americano em comparação com o já implementado passaporte caribenho, que recentemente vem sendo questionado

¹² Tradução livre. Original: “fuerzas intra e interregionales, organizadas y con estrategias de poder, no quieren la integración. Súmela a eso una institucionalidad de UNASUR absolutamente disfuncional, donde todo debe seguirse por consenso, y veremos que todo estaba listo para que la integración se estanque y fracase.



(GUYANA CHRONICLE, 2016).

Contudo, o país tem também recentemente se envolvido em algumas disputas fronteiriças com a Venezuela, o que pode atrapalhar em certa medida o projeto de cidadania. O governo Maduro voltou a fazer declarações sobre territórios que hoje são guianenses, causando uma certa tensão entre os países. Sendo um tema já abarcado em conferências da ONU, pode acabar voltando a ser discutido em futuras reuniões da UNASUL (GUYANA CHRONICLE, 2016).

Apesar disso, a Guiana tem otimismo com a ideia de livre circulação já que seus cidadãos ainda têm de pedir vistos para entrar em dois da América do Sul. Sendo assim, tem-se como principais diretrizes a livre circulação de pessoas e o andamento da proposta de passaporte sul-americano. De fato, o ex-presidente da Guiana já chegou a declarar que o país poderia funcionar como uma “ponte” entre as duas organizações regionais, a UNASUL e a Caricom (GUYANA..., 2015).

Os **Estados Unidos Mexicanos**, membro observador da UNASUL, possuem sua política externa pautada em sua Constituição Federal (Artigo 89, Seção 10). Em 2011, apresentou relevante interesse em se associar à UNASUL, sendo apoiado principalmente, pelo Equador. Rubén Beltrán, vice-chanceler, no período em questão, afirmou que “a UNASUL está incentivando, de uma maneira muito eficiente, as vontades políticas fundamentais da América do Sul” (EFE, 2011).

Um debate questionado é o fato que, para o México, as relações comerciais prioritárias são com os Estados Unidos e, posteriormente, com os países caribenhos, principalmente, por questões geográficas. Em 2018, cinco países integrantes (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru) da UNASUL suspenderam sua participação.

A **República do Panamá** possui importância no mercado internacional, principalmente, por causa do Canal do Panamá, uma das obras de maior relevância para o comércio exterior, interligando Oceano Pacífico e Atlântico. A Cidade do Panamá também é um grande polo financeiro e 75% do PIB do país é composto por um desenvolvido setor de serviços (Ministerio de La Presidencia - Gobierno de La República de Panamá).

O papel tomado pela **República do Paraguai** após sua suspensão temporária em âmbito regional em 2012, graças ao *impeachment* de Fernando Lugo, tem sido



observado cautelosamente. O presidente Horácio Cartes tem tomado uma visão positiva sobre a integração ainda que receosa sobre suas consequências. Motivado principalmente por uma união coerente e pragmática, um dos principais interesses do governo mostra-se na área de infraestrutura e no fortalecimento das linhas de comunicação entre os países. Fazendo com que o Paraguai seja a favor da concepção cidadã supranacional, contudo, os espólios da crise de 2012 ainda podem ter sérias consequências para a aceitação do projeto (Presidencia de la República del Paraguay, 2014).

O polêmico impeachment impactou diretamente na relação do país com o continente, já que teve uma suspensão temporária do MERCOSUL e da UNASUL. Ainda que baseada em uma decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, muitos consideram que a sanção foi uma manobra para a aprovação do ingresso da Venezuela no Mercosul, já que o congresso paraguaio era o único que ainda não tinha aprovado a resolução. Um dos principais opositores à entrada foi o partido Colorado, conservador, grupo político de que o atual presidente faz parte, o que significa que esse embate ainda pode ser colocado à tona ao se referir aos valores democráticos (EL COMERCIO, 2013; BBC BRASIL, 2012).

Por fim, para o Paraguai a cidadania sul-americana deve estar em volta dos valores democráticos que foram tão contestados em 2012, assim reestabelecendo sua confiança com o bloco. Outro axioma importante é o pragmatismo que vem sendo foco na atual administração, buscando cada vez mais uma integração sólida.

Com um processo similar ao argentino, a **República do Peru** vem progressivamente mudando sua posição no âmbito regional. A recente troca de administrações teve um impacto positivo sobre a política externa peruana: com uma crise generalizada pela América Latina, o atual presidente, Pedro Pablo Kuczynski (PPK), vem tendo protagonismo nas recentes reuniões das organizações latino-americanas. A eleição de PPK foi fruto de uma disputa acirradíssima entre a centro-direita liberal encabeçada pelo atual presidente, na chapa Peruanos Por el Cambio, e a direita populista da Fuerza Popular de Keiko Fujimori. Ainda que PPK tenha ganhado o Executivo nacional, o legislativo tem maioria qualificada nas mãos da Fuerza Popular. Sendo considerada como uma continuação da política de seu antecessor Ollanta Humalla – algo ligeiramente curioso, dadas as diferenças ideológicas, pois Humalla alinha-se à centro-esquerda e PPK à centro-direita – o ministro Ricardo V. Luna



Mendoza vem acenando positivamente à possibilidade da criação da cidadania sul-americana.

A relação do ministro com o continente vem sendo, em termos gerais, positiva, uma vez que vem promovendo encontros com seus principais parceiros. Vale destacar o encontro na Argentina, no qual foi ressaltada uma maior aproximação entre os países. Entretanto, recentemente houve desavenças com a ministra venezuelana, em que o presidente acabou por acusar o governo venezuelano de infringir os direitos humanos.

Registra-se também que as novas diretrizes para PPK são o reforço da Aliança do Pacífico e o aprofundamento do comércio bilateral entre a região. Com esses axiomas, a política externa da livre circulação no continente é chave, uma vez que facilita o fluxo de mercadorias e de trocas comerciais. O novo governo também busca uma melhoria na infraestrutura para a facilitação do tráfego de pessoas, algo que foi muito frisado durante sua campanha no fim de 2016.

Dos três países linguisticamente idiossincráticos da América do Sul, a **República do Suriname** é certamente o mais peculiar. Não bastasse sua independência tardia em relação aos vizinhos, é de fato o mais novo e o menor Estado da região. Ademais, sua matriz linguística neerlandesa o afasta ainda mais da América independente: os únicos territórios de fala neerlandesa no continente ainda fazem parte do Reino dos Países Baixos, enquanto a Guiana, o outro país de língua germânica no subcontinente, possui nações independentes nas américas com as quais compartilha a língua oficial. Contudo, recentemente, o país vem passando por um ligeiro incremento na participação regional, inicialmente com a CARICOM, da qual também compartilha o passaporte, e, desde os anos 2000, gradualmente com a América do Sul. Além da UNASUL e da supracitada Conferência Sul-americana de Migrações, pode-se mencionar a recente participação do Suriname como convidado especial na Cúpula da ALBA, em março de 2017. Dessa forma, embora não tenha havido sinal de recusa ao processo de constituição da cidadania na UNASUL, a já existência de um passaporte regional para o Suriname pode fazê-lo sentir necessidade de adotar apenas parte das propostas no início. Atualmente, o país já tem entrada sem necessidade de visto para todos os países à exceção de Paraguai, Uruguai e Venezuela (ISHMAEL, 2016).

Desde 2005, a **República Oriental do Uruguai** é governada pela Frente Ampla, coalizão de partidos e facções de esquerda e progressistas em geral. Como os partidos



políticos no Uruguai são geralmente grandes e diversos, representando diferentes ideologias e facções internas, nuances políticas também variam significativamente entre os governantes, a depender do grupo a que pertencem. Por esse motivo, os dois presidentes que compuseram os governos da Frente Ampla até hoje – Tabaré Vázquez (2005 – 2010 e 2015 – presente) e José Mujica (2010 – 2015) têm diferenças em política doméstica e externa. O atual, Vázquez, possui uma postura mais pragmática e adepta do regionalismo aberto. Um exemplo de divergências internas no partido é, justamente, o acordo de livre-comércio assinado por Vázquez com os Estados Unidos. No governo Mujica, o Uruguai aumentou sua dedicação às iniciativas de integração latino e sul-americanas, tentando atuar com voz ativa em diferentes questões em favor da cooperação Sul-Sul antes de tudo. Isso não impediu o país de tentar ampliar suas perspectivas para além da América do Sul e das áreas de influência históricas de Brasil e Argentina (SILVA, 2012). Em 2015, a Frente Ampla selecionou e o Uruguai elegeu Vázquez para um novo mandato, algo que indicou tanto uma continuidade quanto uma ruptura. Em termos mais absolutos, podemos ver o pragmatismo de Vázquez ao lidar com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. Em entrevista, o mandatário condenou políticas restritivas migratórias, favorecendo “pontes ao invés de muros”, e disse: “também o enfoque da política comercial que pretende levar adiante [é preocupante]. (...) O Uruguai aposta no livre mercado, aposta nas relações multilaterais, aposta na abertura (...)” (LaRed21, 2016).

Estando em uma crise sem precedentes, a **República Bolivariana da Venezuela** tem como seu principal objetivo reestabilizar suas relações com o bloco, porém isso não significa uma retração de seus preceitos de cidadania. Desde que assumiu o governo. Nicolás Maduro vem tentando continuar a política externa chavista de boas relações com os parceiros regionais com os quais tenham uma proximidade política. Entretanto, o governo venezuelano se vê ilhado nos últimos anos com a perda de grandes aliados como o Brasil e Argentina. Notadamente, também, vê pressões surgirem com o advento da crise e a resposta aos protestos contra ao governo.

A chanceler Delcy Rodriguez recentemente vem se destacando pelas declarações polêmicas sobre seus parceiros regionais e sua postura em relação ao Mercosul. Pela postura considerada por diferentes grupos como antidemocrática, o país acabou sendo suspenso do Mercosul, no que resultou em um protesto contundente por parte da Ministra. Em resultado disso nos pronunciamentos classificou a ministra de relações



exteriores argentina, Suzana Malcorra, de espiã estadunidense e o chanceler brasileiro José Serra de imoral e corrupto, o que afetou ainda mais as relações entre os ex-parceiros (EL PAÍS, 2017).

Com as relações degradadas com boa parte do continente, a Venezuela ainda assim vê com bons olhos a iniciativa de cidadania sul-americana, projeto que defende desde a administração Chávez. Ademais, faz parte da pauta do governo que as bases dos direitos sul-americanos devam ser respeito à igualdade e combate à pobreza. Acredita, ainda, na força da UNASUL para com o continente e como forma de diálogo mais eficiente com os vizinhos. Assim, deve ser buscada principalmente uma maneira de abarcar os interesses venezuelanos na formação do projeto, assim reforçando o papel do país na integração latino-americana.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDENUR, Adriana Erthal. NETO, Danilo Marcondes de Souza: O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul 7 Revista Brasileira de Política Internacional, 2014, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100005

ALONSO, Nicolás. Seis países latino-americanos boicotam discurso de Temer na ONU. El País. Washington, p. 1-1. 20 set. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/20/internacional/1474399716_239868.html.

ALVARENGA, Darlan; LAPORTA, Taís. PEC 241 - Um teto para os gastos públicos. G1 Economia, s.l., 23 de outubro de 2016. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/economia/2016/pec241-umtetoparaosgastospublicos/>.

ALVAREZ, Maria Luiza Ortiz. (Des) Construção da identidade latino-americana. Revista da UnB, Brasília, 2007. Disponível em: <http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf>

ANDERSON, Benedict. Imagined Communities: reflections on the origin and spread of Nationalism. London, 1983.

AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. Inovação e empreendedorismo na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.



BBC BRASIL. À revelia do Paraguai, Mercosul anuncia adesão da Venezuela ao bloco. 2012. Disponível em:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120629_cupula_mercosul_mc.shtml

BOLÍVAR, Simón. Carta da Jamaica, 2015 (1815). Disponível em: <http://www.agn.gob.ve/images/Libros%202015/08072015%20Carta%20de%20Jamaica%20WEB.pdf>

BONIS, Gabriel. Criada à direita, Aliança do Pacífico rivaliza com o 'esquerdista' Mercosul. CartaCapital, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-1, 12 jul. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/criada-a-direita-alianca-do-pacifico-rivaliza-com-o-esquerdista-mercosul>.

BRASIL. Assessoria de Comunicação. Ministério da Defesa. Celso Amorim vê pioneirismo no desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa. 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/4403-06-09-2013-defesa-celso-amorim-ve-pioneirismo-n-desenvolvimento-de-uma-identidade-sul-americana-de-defesa>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Proposta de Emenda à Constituição n. 394, 9 de abril de 2014. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=164E33942BDB0C769E31421CCACD8C7F.proposicoesWebExterno1?codteor=1245688&filenome=Tramitacao-PEC+395/2014.

CHABROL, Denis. President to re-establish Guyana Youth Corps to empower youths. Demerara Waves, s.l., 12 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://demerarawaves.com/2017/02/12/president-to-re-establish-guyana-youth-corps-to-empower-youths/>.

CNN ESPAÑOL. ¿De qué se trata la ciudadanía universal que propone Evo Morales? Cnnespañol. Atlanta, 9 mar. 2017. Disponível em: <http://cnnespanol.cnn.com/2017/03/09/de-que-se-trata-la-ciudadania-universal-que-propone-evo-morales/>

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica al servicio de la transformación



productiva con equidad. Santiago: Naciones Unidas, 1994. 115 p. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2140/1/S9481108_es.pdf>.

CORREA: Buscamos crear la ciudadanía suramericana, la verdadera confirmación de nuestra unidad. Caracas: Vtv Noticias, 2014. P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jUDkktoJe3I>>.

COSTA, Gabriela Dorneles Ferreira da; MENGER, Katiele Rezer; TANCREDI, Letícia. A Reformulação dos Eixos da IIRSA. UFRGS Model United Nations: Inspire change, be greater than yourself, Porto Alegre, v. 3, p.135-164, out. 2015.

CUIZA, Paulo. Morales y Samper abogan por la concreción de una 'ciudadanía suramericana'. La Razón. La Paz. 27 out. 2016. Disponível em: <http://www.la-razon.com/nacional/Morales-Samper-concrecion-ciudadania-suramericana_0_2589941029.html>.

Declaração de Bolonha. Bolonha, 19 de junho de 1999. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-n%C3%A3o-Inseridos-nas-Delibera%C3%A7%C3%B5es-da-ONU/declaracao-de-bolonha-1999.html>

Decreto nº 7667, promulga o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas. Brasília, 11 de janeiro de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm

DILLON, Alfredo. Otro problema en la escuela: crece el abandono en primaria. Clarín, s.l., 11 de dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.clarin.com/sociedad/tercer-desercion-escuela-primaria_0_BkdGIOD5PQe.html>.

DRUMOND, Maurício. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, julho 2009.

DURHAM, Eunice R. As Políticas Recentes para o Ensino Superior na América Latina [Documento de Trabalho Nº 7]. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9707.pdf>

DW. UNASUR, hacia el pasaporte común suramericano. Deutsche Welle. Guayaquil, p. 1-1. 3 dez. 2014. Disponível em: <http://www.dw.com/es/unasur-hacia-el-pasaporte->



común-suramericano/a-18108968

EL COMÉRCIO. El empresario Horacio Cartes es el nuevo presidente de Paraguay. 2013. Disponível em: <<http://elcomercio.pe/mundo/actualidad/empresario-horacio-cartes-nuevo-presidente-paraguay-noticia-1566838>>.

_____. Ministra das Relações Exteriores venezuelana tenta entrar à força em reunião do Mercosul. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/14/internacional/1481740133_482095.html>.

EFE AGENCIA. “*México está interessado em fazer parte da Unasul.*” Em: Portal G1. Março de 2011. Disponível em: <>. Acesso em 11 de Outubro de 2018.

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA. Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia (2009). Disponível em: <<http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>>.

FERRO, Larissa Cristina de Sousa. A guinada à esquerda na América do Sul: Os casos argentino e boliviano. 2015. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

FRANCO, Nádia (Ed.). Unasul propõe criação da cidadania latino-americana. Empresa Brasil de Comunicação. Brasília, p. 1-1. 23 abr. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2016-04/unasul-propoe-criacao-da-cidadania-latino-americana>>.

GALLEGOS, Jacques Ramírez. Hacia el Sur: La Construcción de la Ciudadanía Suramericana y la movilidad intrarregional. Quito: Celag, 2016. 151 p.

GEDDES, Diego. Las primarias públicas perdieron 20 mil alumnos el último año. Clarín, s.l., 19 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.clarin.com/sociedad/primarias-publicas-perdieron-alumnos-ultimo_0_B1qGSKSJl.html>.

GRUPO DE TRABAJO SOBRE CIUDADANÍA SURAMERICANA. UNASUL. Informe Conceptual sobre Ciudadanía Suramericana. Quito, 2016.



Disponível em: <<http://www.amerindiaenlared.org/biblioteca/6639/informe-conceptual-sobre-ciudadania-suramericana>>.

GUYANA can serve as a bridge between CARICOM and UNASUR, says president. Caribbean News Now. Paramaribo, p. 1-1. 13 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Guyana-can-serve-as-a-bridge-between-CARICOM-and-UNASUR,-says-president-27214.html>>.

GUYANA CHRONICLE. UNASUR indifference to Guyana. 2016. Disponível em: <<https://guyanachronicle.com/2016/12/08/unasur-indifference-to-guyana>>.

HENAO, Daniel Sebastián Granda. Colômbia de Uribe a Santos: Reposicionamentos da segurança na Política Externa colombiana a partir de 2010. 2015. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18149/1/2015_DanielSebastianGrandaHenao.pdf>.

HILKER, Lyndsay McLean; FRASER, Erika. Youth exclusion, violence, conflict and fragile States report. DFID's Equity and Rights Team, London. 2009. Disponível em: <http://www.gsdrc.org/docs/open/con66.pdf>

IBGE. Censo 2010. IBGE. [S.l.]. 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf

INDEC. Censo Demografico 2010. INDEC Argentina. Buenos Aires. 2010. Disponível em:

http://www.indec.gob.ar/nivel4_default.asp?id_tema_1=2&id_tema_2=18&id_tema_3=77

INFOBAE. Michelle Bachelet insta a la Unasur a jugar un "rol muy activo" ante la crisis en Venezuela. 2015. Disponível em: <<http://www.infobae.com/2015/04/08/1721022-michelle-bachelet-insta-la-unasur-jugar-un-rol-muy-activo-la-crisis-venezuela/>>.

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA). Primera Reunión de Presidentes de América del Sur. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Event/Detail?Id=145>>.



ISHMAEL, Odeen. Commentary: Plans advance for South American passport and citizenship. Caribbean News Now!. Georgetown, p. 1-1. 22 jul. 2016. Disponível em: <http://www.caribbeannewsnow.com/topstory-Commentary:-Plans-advance-for-South-American-passport-and-citizenship-31168.html>

JORNAL O GLOBO. Crise força o fim do injusto ensino superior gratuito. Jornal O Globo, s.l., 24 de julho de 2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-forca-fim-do-injusto-ensino-superior-gratuito-19768461>>.

LaRed21. Tabaré Vázquez: "Uruguay es un país de inmigrantes. Hay que tender puentes y no muros". Lared21. Montevideu, p. 1-1. 16 fev. 2016. Disponível em: <http://www.lr21.com.uy/politica/1322501-tabare-vazquez-entrevista-rt-rusia-uruguay-mercosur-trump>>.

LA TERCERA. Bachelet y Correa llaman a fortalecer Unasur para crecer en integración regional. 2014. Disponível em: <http://www.latercera.com/noticia/bachelet-y-correa-llaman-a-fortalecer-unasur-para-crecer-en-integracion-regional/>>.

MARTÍNEZ, Hernan Escudero. Análisis de la viabilidad de una fusión entre la CAN y el Mercosur con miras en la creación de un único sistema de integración regional sudamericano. 2015. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Políticas y Relaciones Internacionales, Universidad de Las Américas, Quito, 2015.

MERCOSUL. Decisão nº 17 de 30 de junho de 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/dec_017_conae.pdf>.

_____. Tratado de Assunção (Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai. Assunção, 26 de março de 1992. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_d_e_Assuncao..pdf

Ministerie van Onderwijs, Wetenschap en Cultuur - Suriname. Beleid. Ministerie van Onderwijs, Wetenschap en Cultuur, Paramaribo, 2017. Disponível em: <http://www.gov.sr/ministerie-van-onderwijs-wetenschap-en-cultuur/over-minowc/onderwijs/beleid.aspx>>.



Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasil e Argentina, amizade para o futuro – José Serra e Susana Malcorra. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/15410-brasil-e-argentina-amizade-para-o-futuro-jose-serra-e-susana-malcorra-folha-de-s-paulo-7-12-2016>>.

_____. União de Nações Sul-Americanas. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>.

Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia. Colombia finaliza 2016 posicionado ante el mundo como un destino de aprendizaje del español. Cancillería, Bogotá, 22 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gov.co/en/newsroom/news/colombia-finaliza-2016-posicionado-mundo-destino-aprendizaje-espanol>>.

Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana del Ecuador. Ecuador difunde sus políticas migratorias en la reunión del Foro Global de Migración y Desarrollo en Estambul. Disponível em: <<http://www.cancilleria.gob.ec/ecuador-difunde-sus-politicas-migratorias-en-la-reunion-del-foro-global-de-migracion-y-desarrollo-en-estambul/>>.

MIRANDA, Boris. Referendo en Bolívia: 10 aspectos que cambiaron en la década que Evo Morales lleva como presidente. BBC Mundo, s.l., 21 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2016/02/160218_10_cosas_cambiaron_gobierno_evo_morales_referendo_bm>.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. Brasil e a UNASUL: Integração regional da América do Sul e coordenação de governo. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, PCU-RJ, Rio de Janeiro, 2014. Cap. 3. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24954/24954_4.PDF>.

MUNDO NUEVO: Revista de estudios latinoamericanos. Caracas: Universidad Simón Bolívar, jul. 2010. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2011/07969.pdf#page=109>>.

OLIVEIRA, Sílvio Mattoso Gonçalves de. A UNASUL e o futuro da integração sul-



americana: uma visão sobre a posição do Brasil à luz das teorias das relações internacionais. 2010. 139 f. Tese (Mestrado) - Curso de Ciência Política, UFPE, Recife, 2010. Cap. 3. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1989/arquivo722_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

ORTUÑO, Hugo. UNASUL defende criação de cidadania sul-americana para promover comércio. Agencia Efe. Montevideo, p. 1-1. 28 maio 2015. Disponível em: <<http://www.efecom.com/efe/brasil/mundo/unasul-defende-cria-o-de-cidadania-sul-americana-para-promover-comercio/50000243-2624568>>.

Página Brasileira do Mercosul. Saiba mais sobre o MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>.

PALOSCHI, Jonas. Trajetória e mudanças de rumo da integração física da América do Sul: política, história e o século XXI. Universidade de Brasília, Brasília, jun. de 2011.

Placas do Mercosul são adiadas novamente no Brasil. G1. São Paulo, p. 1-1. 9 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/carros/noticia/2016/09/placas-do-mercosul-sao-adiadas-novamente-no-brasil.html>>.

PLAN CEIBAL. Historia. Ceibal, Montevideo, 2017. Disponível em: <<http://www.ceibal.edu.uy/art%C3%ADculo/noticias/institucionales/Historia>>.

PORTILLO, Zoraida. Latin America Gets Poor Marks. 1999. Disponível em: <<http://www.converge.org.nz/lac/articles/news990408a.htm>>.

Presidencia de la República de Paraguay. Presidente Cartes quiere un mayor pragmatismo entre países de UNASUR. 2014. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.py/noticia/15553-presidente-cartes-quiere-un-mayor-pragmatismo-entre-paises-de-unasur.html#.WNAzlfnyvIV>>.

PUFF, Jefferson. Aliados de Dilma e Aécio divergem sobre Mercosul e comércio exterior. Bbc Brasil. Rio de Janeiro, p. 1-1. 18 out. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141014_eleicoes2014_politica_externa_mercosul_jp>.

Reglamento General de UNASUR. Bogotá, 11 de junho de 2012. Disponível em:



http://www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/reglamento_gral.pdf

REZENDE, Lucas Pereira. O Dissenso de Washington e a política externa de Temer e Serra. CartaCapital, São Paulo, 8 set. 2016.

RICHARD, Yann. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. Confins, [s.l.], n. 20, 7 mar. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.8939>. Disponível em: <<https://confins.revues.org/8939?lang=pt#quotation>>.

RÍOS, Paúl Fernando Coellar. UNASUR: Análisis realista de la organización desde su concepción hasta su entrada en vigor. TCC (Graduação) - Curso de Estudos Internacionais, Universidad del Azuay, Cuenca, 2013. Disponível em: <http://dspace.uazuay.edu.ec/bitstream/datos/3473/1/10172_esp.pdf>.

ROSAS DUARTE, Geraldine. Guiana e Suriname: Redemocratização e reorientação geopolítica a partir de 1990. Revista da Anpege, [s.l.], v. 12, n. 19, p.436-460, dez. 2016. ANPEGE - Revista. <http://dx.doi.org/10.5418/ra2016.1219.0018>.

RUIZ, Leonardo. Chile se estanca en PISA 2015 y los expertos piden mayor foco en calidad. Jornal Pulso, s.l., 7 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.pulso.cl/noticia/actualidad---politica/actualidad/2016/12/2-96447-9-chile-se-estanca-en-pisa-2015-y-los-expertos-piden-mayor-foco-en-calidad.shtml>>.

SANTOS, Luís Cláudio Vilafañe Gomes: O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington), São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SHIBATA, Yoshiko. Race Consciousness and the Formation of National Identity in Modern Guyana. In: DEGREGORY, Carlos Ivan; YAMADA, Mutsuo; MURAKAMI, Yusuke (Ed.). Estados Nacionales, Etnicidad y Democracia en América Latina. Osaka: JCAS Symposium Series, 2002. p. 297-333. Disponível em: <https://www.academia.edu/542218/Race_Consciousness_and_the_Formation_of_National_Identity_in_Modern_Guyana>.

SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. A política externa do Uruguai no período recente: as teorias das relações internacionais e os dilemas de um estado pequeno. In:



CONGRESO DE RELACIONES INTERNACIONALES, 6., 2012, Universidad Nacional de La Plata. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2012. p. 1 - 16. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/40974/Documento_completo.pdf?sequence=1>.

SILVA, Estefania Ribeiro da; FREGUGLIA, Ricardo da Silva; GONÇALVES, Eduardo. Composição e determinantes da fuga de cérebros no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise de dados em painel para o período 1995-2006. In: 38º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2010, Salvador. Trabalhos Aprovados. Salvador: Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2010. p. 1 - 19. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-759b4316501c81e5d706a41bd0782cdf.pdf>><http://atlante.eumed.net/evasao-escolar/>

SPUTINIK. Canciller argentina aboga por reactivar la UNASUR. 2017. Disponível em: <<https://mundo.sputniknews.com/americalatina/201702011066622646-unasur-reactivacion/>>.

STABROEK NEWS. Suriname inflation reached 77% last September. Stabroek News, s.l., 31 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.stabroeknews.com/2017/news/regional/01/31/suriname-inflation-reached-77-last-september/>>.

TAYLOR, Shannon; BERNS, Jessica. Country Studies Series: Suriname. Coexistence International, Waltham, p.1-12, mar. 2010. Disponível em: <<http://heller.brandeis.edu/coexistence/pdfs/country-studies/surinamecs.pdf>>.

TODD, Hugh H.. Regionalism and Development: An analysis of UNASUR's implications on Guyana's development trajectory. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado) em Global Studies, The University Of The West Indies, St. Augustine, 2011. TOMASSIAN, Georgina Cipoletta. Infraestructura física e integración regional. Boletín FAL, Unidad de Servicios de Infraestructura de la CEPAL, nº280, dez. 2009. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36131/1/FAL-280-WEB_es.pdf>.

UNASUL. Grupo de Trabajo sobre Ciudadanía Suramericana. 2017. Disponível em:



<<http://www.unasursg.org/es/node/37>>.

Universidad Andina Simón Bolívar. Historia de la UASB. Disponível em:
<<http://uasb.edu.bo/historia-de-la-uasb/>>.

VALENZUELA, H. C. Discurso militar e identidade nacional chilena. Polis, 2014.
Disponível em: <<https://polis.revues.org/10220>>.

ZANELATTO, J. H. Estado, Cultura e identidade nacional no tempo de Vargas. Unesc,
Florianópolis, 2014.